

EDUCAÇÃO INFANTIL: Apontamentos Sobre Concepções, Historicidade, Políticas Públicas e Discursos

CHILD EDUCATION: Notes on Conceptions, Historicity, Public Policies and Speeches

Flávia Karla Soares¹(UEG/PPG-IELT)

Marlene Barbosa de Freitas Reis²(UEG/PPG-IELT)

RESUMO: O presente trabalho tem o objetivo de promover uma reflexão teórica sobre as concepções da Educação Infantil em diferentes momentos e contextos históricos, os quais se aproximam aos conceitos de criança e infância. Ao tempo que a concepção de infância e a criança estão justapostas, traçamos brevemente momentos históricos da formalização de Educação Infantil no mundo, especialmente no Brasil, desde a reivindicação do movimento feminista por creches para as crianças, passando pelo estabelecimento de políticas públicas educacionais – como: a Constituição Federal de 1988 – até chegar às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), documentos que permitem entender a democratização de acesso às crianças em espaços institucionais infantis. Para tanto, recorreremos a alguns estudiosos da análise do discurso para discutir teoricamente os conceitos e as considerações sobre os escritos da Educação Infantil, sua trajetória e concepções pertinentes à evolução de conceitos e políticas públicas destinadas às crianças, utilizando como base teórica Ariès (1981), Kramer (1984/1987), Merisse (1997), Arce (2001), entre outros. O resultado do trabalho leva a uma reflexão sobre a forma como conduzimos e discursamos a respeito da Educação Infantil até chegar aos moldes de institucionalização e democratização, permitindo analisar a teoria e a prática relativa ao tema em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Criança. Educação Infantil. Políticas públicas. Discursos.

ABSTRACT: *This study aims to promote a theoretical reflection on the concepts of early childhood education drawn at different times and historical contexts, which approximate the child's concepts and childhood. At the time that the concept of childhood and child are juxtaposed briefly traced historical moments of formalization of early childhood education in the world, especially in Brazil, since the claim of the feminist movement for daycare for children evolving to be established by educational policies as the Federal Constitution 1988 to reach the National Curriculum Guidelines for Early childhood Education (2009), documents that allow us to understand the democratization of access to children in child institutional spaces. For that, we turn to some discourse analysis scholars to discuss theoretical concepts. And considerations on the writings of early childhood education, its history and relevant views the evolution of concepts and policies public intended children, theoretical basis Ariès (1981), Kramer (1984/1987), Merisse (1997), Arce (2001), etc. The work of the results leads to a reflection on the way we conduct on early childhood education to reach the mold of institutionalization and democratization of early childhood education, allowing the analysis of the theory and practice on the subject in question.*

KEYWORDS: *Childhood. Child. Child education. Public policies. Speeches.*

¹ Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologia, pelo PPG-IELT da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil. E-mail: fkarlak@hotmail.com

² Professora Doutora do PPG-IELT da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil. E-mail: marlenebfreis@hotmail.com

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

Introdução

A infância tem-se constituído em um campo de estudos de várias áreas do saber, mas com divergentes abordagens, enfoques e métodos, os quais determinaram distintas imagens sociais sobre as crianças.

Mediante as abordagens sobre a infância e a educação infantil, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o discurso da Educação Infantil em diferentes documentos, desde a Constituição Federal de 1988 até as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), com a finalidade de apresentar a trajetória dos estudos sobre esse ramo da educação, a partir do movimento feminista, na luta por creches para os filhos e filhas de operárias. Também se discorre sobre a concepção de Educação Infantil desde a Constituição Federal de 1988, com ênfase no Plano Nacional de Educação (2001-2010/2014-2024), nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4. 024/1961 e nº9.394/1996, na revisão da Lei nº12.796, de 4 de abril de 2013, e, principalmente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009).

Tal percurso é traçado a fim de analisar criticamente o discurso veiculado pela Educação Infantil quanto aos seus conceitos e concepções de infância, crianças, currículo e propostas pedagógicas, bem como pensar nas mudanças projetadas pelas leis, as quais geraram alterações em discursos e práticas. Este trabalho se estabelece como um estudo teórico em que se analisam os escritos sobre a trajetória e as concepções pertinentes à evolução de conceitos e políticas públicas destinadas às crianças, utilizando como base teórica autores como Ariès (1981), Kramer (1984/1987), Merisse (1997), Arce (2001), DCNEI (2009) e Maingueneau (2004 apud BRANDÃO, 2004).

1 Infância e Seus Conceitos

Etimologicamente, o significado de infância vem do latim *in* (não) *fantia* (capacidade da fala). Essa fase seria caracterizada, então, pela ausência da fala e de comportamentos considerados como manifestações irracionais, ou seja, a criança era considerada como algo irracional, sem espaço e predileções.

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

A infância tem-se constituído em um campo de estudos de várias áreas do saber, que destacam divergentes períodos e enfoques, os quais determinaram distintas imagens sociais sobre as crianças, centro de toda a humanidade.

[...] a definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa ‘incapacidade de falar’. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado na sociedade. (CORDEIRO; COELHO, 2007, p 884)

Do século XII ao século XVIII, ocorreram grandes transformações históricas, nas quais a infância tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem nos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Kramer (1984) mostra que a ideia de infância aparece com a sociedade capitalista urbano-social, quando o papel social da criança muda.

Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa, ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Esse conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1984, p. 244).

Nos séculos XIV e XV, Ariès (1981, p. 32), estudioso que inaugurou o conceito de infância, colocou a palavra *enfant* como sinônimo de outras palavras, como: *valets*, *valeton*, *garçon*, *fils*, *beau fils*, todas relativas à criança.

Já no século XVI, Jean Jacques Rousseau escreveu o livro *Emílio* (1972), no qual percebe a criança como um ser em processo e que necessita de cuidados desde o nascimento, além de considerar sua educação como promessa de um futuro. A partir daí, a infância ganha valor e é reconhecida como uma fase “feliz” da vida, em que se concebe a criança como ser social. Parte da população infantil não possui a infância estereotipada de contos de fadas, fase lúdica, inocente, de brincadeiras e sonhos. Os sonhos se transformam em algo bem distante e, para realizá-los, prontamente deveriam iniciar a trabalhar. Outros vão para o mundo “ilícito” de conduzir seu caminho.

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos*.

No século XVIII, a educação passa a ser vista por um viés de institucionalização da criança, pois a família vê em seus filhos a possibilidade da ascensão social. Para Lajolo (2006, p. 229),

Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um outro em relação àquele que a nomeia e a estuda”. A autora lembra que as palavras “infante” e “infância”, ligadas à ideia de ausência de fala, contribuem para entender o silêncio que se infiltra a noção que se tem de infância e que esta continua marcada quando se transforma em matéria de estudo ou ainda de legislação. (LAJOLO, 2006, p. 229).

O conceito de infância constituído atualmente se constrói no modo como a criança é vista, a partir de sua inocência, sendo ela moldada por princípios morais e intelectuais pela família e/ou pela escola. Souza (2007, p. 74) salienta que,

[...] a criança e sua infância não representam, por conseguinte, a natureza purificada e em estado do virgem. Nasce marcada pela cultura mesmo que sem ainda apropriar-se dela por completo, cresce como natureza em função das suas necessidades—comuns e específicas—, de sono, afeto, amamentação, entre outros cuidados. A tradição do pensamento evolucionista difundido. Também na esfera educacional traz a ideia de uma criança “individualizada” naturalmente e que se tornará no decorrer do seu desenvolvimento com as devidas condições favoráveis um sujeito “socializado”, a escola tendo assim o papel dessocializadora tanto no plano do conhecimento como das relações.

Vale salientar que o conceito de infância ainda está em transformação, visto que, na sociedade brasileira, os discursos produzidos pela educação e pelo cuidado com as crianças se constituem diariamente. Kramer (1986) relata sobre o conceito de infância e criança na atualidade:

Conceber a criança como o ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também é de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo também com sua própria inserção nesse contexto. (KRAMER, 1986, p. 247).

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

A partir das concepções de infância e criança, cabe uma breve exposição da trajetória de sua institucionalização educacional até o presente momento, a fim de que se possam compreender os discursos veiculados.

2 A História da Educação Infantil

A institucionalização da Educação Infantil teve início na Europa inspirada em estabelecer instituições, a partir do século XVIII. Em meados do ano 1767 houve, na Europa, a abertura de creches, cuja palavra tem origem francesa e significa “manjedoura”. Em 1816, Robert Owen criou, na Escócia, uma escola para operários, na qual recebiam crianças de dois a seis anos, período chamado então de jardim de infância.

Segundo Arce (2001), o primeiro jardim de infância para as crianças foi criado em 1837, na Alemanha, por Froebel

Froebel (1782-1852) fundou, em 1837, o primeiro ambiente destinado à educação de crianças de zero a seis anos fora do lar: o *kindergarten* (Jardim de Infância), cujas práticas, diferentes das pertinentes às instituições assistenciais e das escolas tradicionais, deveriam orientar-se para os interesses e necessidades da criança e caracterizar-se pela cooperação, experimentação, ludicidade e liberdade. Para este fim, exigia-se a preparação de moças – as “jardineiras” – que integrassem, em suas condutas, sentimentos e atitudes de mãe, de quem seriam substitutas para as crianças. Para sua formação, empregava manuais com princípios da psicologia do desenvolvimento e de religião (ARCE, 2001, p. 4).

No Brasil, a educação para as crianças se constrói a partir de lutas das mães trabalhadoras desde 1920, ao fazerem parte do mercado de trabalho e não terem onde deixar seus filhos. Elas reivindicavam um lugar para que eles fossem cuidados e educados enquanto trabalhavam. Assim, o movimento feminista, por meio de conferências e acirrados debates, apoiados posteriormente pela Igreja, obteve, inicialmente, êxito nas empresas, com a criação de creches empresariais estabelecidas por critérios rígidos, entre os quais a permanência apenas durante o horário de trabalho das mães. Podemos sinalizar que, as creches surgiram em resposta à demanda das mulheres trabalhadoras e ao progresso da sociedade. O pensamento de muitos empresários era que a funcionária com filho na creche estaria mais disposta ao trabalho, pois as crianças estariam sendo assistidas nas instituições.

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos*.

Essa luta perdurou até a década de 1980, com o Movimento de Luta por Creches, que, influenciado pelo movimento feminista e por suas orientações, apresentou reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania. Nesse momento histórico ocorreram modificações na economia, no índice populacional e na inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho.

O movimento feminista colocava em destaque a questão dos cuidados e responsabilidades para com a infância, exigia modificações nos papéis sociais tradicionais do homem e da mulher, bem como na dinâmica das relações familiares. O movimento de Luta por Creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania, modificando e acrescentando significados à creche, enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido como uma alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e à família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável. (MERISSE, 1997, p.48)

As instituições de educação passaram a atender as crianças pobres e aos filhos de mães trabalhadoras. A partir de então, a “escola” funcionou pautada em várias concepções: assistencialista – a escola era um depósito de crianças pobres, filhas de mães trabalhadoras, cujos profissionais não tinham nenhuma formação específica; assistencialista – baseado no cuidar, higienizar e alimentar os menores; compensatória – as creches e pré-escolas passaram a desenvolver programas de aprendizagem e desenvolvimento das crianças por meio de atividades lúdicas, tentando compensar a pobreza e outros problemas sociais dos infantes que a frequentavam; e preparatória – o foco era preparar as crianças para a alfabetização e as séries posteriores, buscando desenvolver habilidades motoras, linguísticas e cognitivas. Para Carvalho e Carvalho (1999, p. 5, grifos do autor):

Diferentemente das creches, os jardins de infância, cuja ideia europeia chegou ao Brasil no final do século XIX, tinham, desde sua origem, finalidades essencialmente

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

pedagógicas voltadas ao atendimento das camadas mais abastadas da população. Os primeiros jardins de infância foram fundados em 1875, no Rio de Janeiro, e em 1877, em São Paulo, mantidos por entidades privadas. Mesmo os primeiros jardins-de-infância públicos, inspirados nas propostas de Froebel, criados em 1908, em Belo Horizonte e em 1909, no Rio de Janeiro, também atendiam a crianças de segmentos mais privilegiados economicamente. A partir dos jardins, foram também criadas, durante os anos 20 e 30 *salas pré-primárias* que funcionavam junto às escolas primárias. Também nesse período, sob a influência do ideário da Escola Nova, surgiu o atendimento em praças públicas – os “Parques Infantis”, para as crianças da classe operária.

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social, considerando a criança como cidadã-sujeito à educação, somente se estabeleceu na Constituição de 1988, no artigo 208, o qual define a educação infantil como dever do Estado, assegurando que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de [1988]
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1988, p.35).

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Capítulo IV, Inciso IV) reafirmou essa definição em seu artigo 53.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990, p. 40-41)

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, assim como a seleção e o

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

A LDB nº 9.394/1996, Seção II, artigos 29 e 30, estabeleceu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até 6 (seis) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, sendo oferecida em creches para crianças até 03 (três) anos de idade e pré-escolas para crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos de idade.

No entanto, essa lei foi alterada e as mudanças publicadas sob a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, a qual consolida a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e estabelece como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Também é oferecida em creches para crianças até 03 (três) anos de idade e pré-escolas para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade.

No ano de 1998, o Ministério da Educação publicou os documentos nomeados como “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil”, que contribuíram significativamente para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança em todo o país, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), cujo objetivo principal é contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade nos Centros de Educação Infantil.

Após três anos, em 2001, a Lei nº 10.172 regulamentou o Plano Nacional de Educação, com a finalidade de estabelecer as metas para todos os níveis de ensino, em vigor até o ano de 2010, tendo pontuado vinte e seis metas a serem alcançadas especificamente para a Educação Infantil. Em seguida, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamentou o segundo PNE, que instituiu mais dez anos de vigência para que a educação concretize seus planos. Destacam-se, aqui, algumas metas a serem alcançadas pertinentes à Educação Infantil no PNE (2014-2024):

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.(DOU, Ano CLI, nº 120-A, 26/06/2014).

Reconhecendo os avanços da pesquisa, no ano de 2009, o Ministério da Educação, mediante a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, concebeu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que foram instituídas para que as instituições de Educação Infantil pudessem elaborar e definir suas próprias propostas pedagógicas, apoiadas no estabelecimento de uma relação positiva com a instituição educacional, no fortalecimento de sua autoestima, interesse e curiosidade pelo conhecimento do mundo, na familiaridade com diferentes linguagens, na aceitação e no acolhimento das diferenças entre as pessoas.

Conforme expresso nas DCNEI (BRASIL, 2009), a Educação Infantil se configura como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2009, p. 12)

O documento detalha três princípios fundamentais para a Educação Infantil, que levam em conta a criança como ser que está construindo sua identidade, estabelecendo valores e dinamizando sua ludicidade enquanto criança.

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (2009, p. 16)

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

A partir das DCNEI (BRASIL, 2009), as propostas pedagógicas curriculares são direcionadas por eixos norteadores, que devem acompanhar práticas como: promover o conhecimento de si e do mundo pelas experiências, possibilitar situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações, possibilitar vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, os quais alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade, que propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras.

Outra base de estudos das DCNEI (BRASIL, 2009), a proposta pedagógica, representa o desenvolvimento em eixos, os quais englobam a interação e a brincadeira, retomando a noção de que a criança é um ser social constituído pela ludicidade, formalizando o processo de ensino e aprendizagem, em que a instituição educacional deve priorizar o processo pedagógico, considerando tempo e espaço para o desenvolvimento integral das crianças.

3 O Discurso da Educação Infantil Sob a Análise Discursiva

Toda atividade de comunicação oral e escrita reflete um discurso individual. Segundo Maingueneau (2004 apud BRANDÃO, 2004), o discurso se constitui com algumas características fundamentais:

- ✓ O discurso deve ser compreendido como algo que ultrapassa o nível puramente gramatical, linguístico.
- ✓ No nível do discurso, os falantes/ouvintes, escritor/leitor devem ter conhecimentos não só do ponto de vista linguístico mas também de conhecimentos extralinguísticos: conhecimentos de assuntos, temas que circulam na sociedade.
- ✓ O discurso é contextualizado, produzido em momentos diferentes.
- ✓ O discurso é produzido por um sujeito – um EU que se coloca como o responsável pelo que se diz e se organizam as referências de tempo e de espaço.
- ✓ O discurso é interativo.
- ✓ O discurso é uma forma de atuar, de agir sobre o outro.

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

- ✓ O discurso trabalha com enunciados concretos, falas/escritas realmente produzidas e os estudos que se fazem deles visam descrever suas normas.
- ✓ Um princípio geral rege o discurso: o princípio do dialogismo. Quando falamos nos dirigimos sempre a um interlocutor.
- ✓ O discurso é também dialógico porque quando falamos ou escrevemos, dialogamos com outros discursos, trazendo a fala do outro para o nosso discurso.
- ✓ O discurso é heterogêneo (polifônico) porque é sempre atravessado, habitado por várias outras vozes.
- ✓ Todo discurso se constrói numa rede de outros discursos; numa rede interdiscursiva*. Nenhum discurso é único, singular, mas está em constante interação com os discursos que já foram produzidos e estão sendo produzidos. É nesse sentido que se diz que o discurso é uma arena de lutas em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros. (MAINGUENEAU, 2004 apud BRANDÃO, 2004, p. 3-5).

Essas características são expressas pela Análise Crítica do Discurso, que investiga de forma analítica, o discurso. Este, muitas vezes, manifesta abuso de poder, dominação e desigualdade, reproduzidos e combatidos num contexto social e político.

Por meio de recortes da Educação Infantil e de seus conceitos, é possível afirmar que o discurso expresso na constituição do “ser criança” permanece em transformação até a atualidade em diferentes abordagens, cada qual com seus preceitos de tempo, cultura, situação política e poder, perpassando conflitos, reivindicações e cobranças, conforme os interesses sociais da época. Pelo discurso institucionalizado, a criança deixou de ser um homem em miniatura, sem fala e sem pensamento, passando a ser um sujeito digno de interações e aprendizados.

Na política educacional brasileira, na forma da primeira lei educacional (LDB nº 4.024/1961, Título VI e Capítulo I, artigos 23 e 24), fica latente o trato reservado à educação infantil:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.
 Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL, 1961, p. 3).

Da LDB nº 9.394/1996 até as DCNEI (BRASIL, 2009), a Educação Infantil configura-se num discurso em que a educação é um processo de democratização que mudará os problemas da sociedade.

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil*: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.

Tendo em vista os eixos temáticos norteadores da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, o discurso das DCNEI evidencia a flexibilidade, no sentido das instituições terem a liberdade de se adequarem à realidade da sociedade. Contudo, os discursos dos indivíduos e das políticas públicas se atravessam, formando uma mesma língua, mas com práticas diferentes.

Considerações Finais

Diante das breves considerações realizadas desde a historicidade da Educação Infantil e dos conceitos de infância e criança, até as políticas públicas que emergem a educação do nosso país, encerrando com as DCNEI (BRASIL, 2009), pondera-se que na educação infantil o desenvolvimento da criança estabelece estímulos às descobertas de forma lúdica, com brincadeiras e interações, contando com a responsabilidade da família e a participação da instituição e de seus envolvidos, os profissionais da educação.

A instituição educacional detalha princípios éticos, políticos e estéticos, apesar de não conseguir legitimar toda a expressividade consentida. Porém, a análise crítica dos discursos conduz a questionar em que medida a instituição educativa consegue abordar e sustentar esses princípios, uma vez que a comunidade e a família devem fazer parte dessa interação.

Fairclough (2003, p. 8 apud MAGALHÃES, 2004, p. 113-114) faz a seguinte reflexão:

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como ‘consumidores’, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante.

As possibilidades, os avanços, as construções, desconstruções e reconstruções da Educação Infantil, no mundo e, especialmente, no Brasil, representam de maneira desafiadora o

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos.*

conceito de educação infantil. É perceptível que o processo de evolução e reconstrução da infância e da educação infantil foi marcado por lutas de cunho social, cultural e histórico, cuja centralidade fixa-se na criança e no projeto de futuro de uma nação, que visa condições de cuidado, carinho e atenção, visto que, direta ou indiretamente, fazem parte desse processo de desenvolvimento tanto a instituição de Educação Infantil quanto os cidadãos de uma sociedade ao efetivar discursos sobre os princípios da criação e propagação de educação.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. A documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 113, p. 167-191, jul. 2001.

ARIÈS, P. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRANDÃO, H. H. N. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa/Estação da Luz, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/.../estatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf

_____. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

_____. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107.

SOARES, Flávia Karla; REIS, Marlene Barbosa. *Educação Infantil: apontamentos sobre concepções, historicidade, políticas públicas e discursos*.

CARVALHO, Denise Maria de; CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. *Educação Infantil: história, contemporaneidade e formação de professores*. In: FARIA, A L. G. *Educação Pré-escolar e cultura: por uma pedagogia da educação infantil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1999.

CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade. Junho de 2007, p. 882-889. Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/76SandroSilvaCordeiro_MariaPintoCoelho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

FAIRCLOUGH, N. Intertextualidade. In: MAGALHÃES, Izabel. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

KRAMER, S. *Infância e educação infantil*. Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Prática Pedagógica).

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

MERISSE, A. et al. *Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

SOUZA, Gisele. *A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância*. São Paulo: Cortez, 2007.

Recebido em 29/09/2015

Aprovado em 27/11/2015